

## OS CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ABORDAGENS TEÓRICAS, FILOSÓFICAS E CONCEITUAIS

Anderson Oramisio Santos<sup>1</sup>  
Guilherme Saramago de Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO

Esse trabalho versa sobre os Campos de Experiências como proposta curricular nos documentos oficiais do Brasil, bem sobre as origens e que possibilidades oferecem para o trabalho com crianças na Educação Infantil (Creches 0 a 03 anos de idade) e Pré-escola (04 e 05 anos de idade), produzindo uma produção teórica e ao mesmo tempo filosófica que auxilie gestores educacionais e professores na organização do trabalho pedagógico por meio dos direitos de aprendizagens e os Campos de Experiências. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo é de abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica-documental, a partir do conceito de Campos de Experiências, tendo como referência a abordagem de Reggio Emilia na Itália e as orientações curriculares propostas pela BNCC. Como principais conclusões, que existem algumas aproximações e divergências entre a abordagem dos Campos de Experiências propostos pela experiência italiana e pela BNCC (2017). Ainda que haja as incongruências, os Campos de Experiências na Educação Infantil constituem um grande desafio pela elaboração de um Currículo Escolar Nacional.

**PALAVRAS - CHAVE:** Educação Infantil; Criança; BNCC; Infância; Direitos de Aprendizagem.

### ABSTRACT

This work deals with Fields of Experiences as a curricular proposal in Brazil's official documents, as well as the origins and possibilities they offer for working with children in Early Childhood Education (Creches 0 to 03 years of age) and Pre-school (04 and 05 years of age), producing a theoretical and at the same time philosophical production that assists educational managers and teachers in organizing pedagogical work through learning rights and Fields of Experience. The methodology used to develop this study is

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Docente da Educação Básica e dos Cursos de Pós-graduação lato sensu de UNIFUCAMP. E-mail: [anderson.oramisio@hotmail.com](mailto:anderson.oramisio@hotmail.com). Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100

<sup>2</sup> Doutor em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Docente do Curso de Pedagogia e do PPGED/FACED/UFU. E-mail: [gsoliveira@ufu.br](mailto:gsoliveira@ufu.br). Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica, Uberlândia - MG, 38408-100

a qualitative approach, through bibliographical-documentary research, based on the concept of Fields of Experience, with reference to the Reggio Emilia approach in Italy and the curricular guidelines proposed by the BNCC. The main conclusions are that there are some approximations and divergences between the approach to the fields of experience proposed by the Italian experience and by the BNCC (2017). Even though there are inconsistencies, the fields of Experiences in Early Childhood Education constitute a great challenge for the development of a National School Curriculum.

**KEYWORDS:** Early Childhood Education; Child; BNCC; Infancy; Learning Rights.

## 1. Introdução

A legislação educacional brasileira, desde a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil, celebra e difunde a ideia de que o currículo de creches e pré-escolas urge ser compreendido na acepção de um “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico” (BRASIL, 2009, p. 06).

A organização curricular proposta ao centrar-se na experiência das crianças, demanda modos flexíveis de conceber e organizar a prática pedagógica em creches e pré-escolas, já que tem como pano de fundo uma concepção de currículo baseado por vivências, conhecimentos prévios da criança, aberto e cujas linguagens, com as quais as crianças convivem e interagem cotidianamente, encontrem-se ajustadas de modo a contribuir para a integralidade de seus processos de desenvolvimento. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), ainda destacam que a ênfase do trabalho pedagógico com crianças baseadas em interações e brincadeiras, a estruturar a política curricular, a partir das experiências das próprias crianças; considerando o contexto existencial das crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil.

As discussões recentes sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular para a Educação infantil (BNCC,2017), deu-se o início a um amplo processo de implementação dessa política no âmbito das instituições de Educação  
Cadernos da Fucamp, v. 36, p. 68 - 94 /2024

infantil em todo o país. É importante considerar que as instâncias governamentais responsáveis pela educação brasileira, em diálogo com a comunidade epistêmica da área da Educação infantil, definiram que a política curricular de creches e pré-escolas adotaria uma forma organizacional própria e distinta das demais etapas da Educação Básica, estruturando-se, pois por Campos de Experiências.

A organização de um currículo a partir das experiências das crianças consiste em construir uma prática pedagógica que conecte as situações educativas às experiências sociais mais amplas que as crianças vivenciam dentro e fora da instituição de Educação infantil.

Diante do exposto, emergem os questionamentos: Como os Campos de Experiências surgiram como proposta Curricular nos documentos oficiais do Brasil e implementado nas instituições de Educação Infantil? Quais as aproximações e ou distanciamentos com os Campos de Experiência de Reggio Emilia?

Assim o objetivo desse estudo visa discutir o que são os Campos de Experiências, suas origens, e que possibilidades oferecem para o trabalho com crianças na Educação Infantil (Creches 0 a 03 anos de idade ) e Pré-escola (04 e 05 anos de idade), produzindo uma produção teórica e ao mesmo tempo filosófica que auxilie gestores educacionais e professores na organização do trabalho pedagógico por meio dos direitos de aprendizagens e os Campos de Experiências.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse estudo é de abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica-documental, explica Gil (2007), contempla apenas material já elaborado, como livros e artigos científicos, utilizando-se da contribuição de diversos autores sobre certo assunto, e pesquisa documental, são documentos arquivados em órgãos públicos e organizações privadas. O uso de documentos, no plano metodológico, traz grandes vantagens sobre outros métodos, eliminando parte da influência exercida pela presença ou intervenção do pesquisador, constituindo fonte de informação em sentido único (CELLARD, 2008)

## **2.Os Campos de Experiências: interlocuções - aproximações e distanciamentos**

**entre Reggio Emilia e Brasil**

A discussão em tela abarca os Campos de Experiências da Educação Infantil, implementados pela BNCC – Base Nacional Comum Curricular homologada no ano de 2017, com vistas a compreender a organização ou arranjo curricular para o trabalho pedagógico nas instituições de Educação Infantil em todo o território nacional, cujas discussões foram evidenciadas por meio das experiências italianas de Educação Infantil na Reggio Emília, lugar onde os campos de experiência surgiram como uma possibilidade de organização do trabalho pedagógico nas instituições de Educação Infantil.

Reggio Emilia é uma região de cerca de 170 mil habitantes, e está localizada ao norte da Itália. É destaque na área da educação, especialmente de 0 a 6 anos por colocar em prática uma das experiências mais bem sucedidas, conhecida como “As Cem Liguagens da Criança”, que desde o ano de 1991 ficou conhecida no cenário mundial por inúmeras reportagens em jornais e revistas onde considerava as escolas de educação infantil de Reggio Emilia como as melhores do mundo, ao ganhar destaque na educação infantil, passaram a visitá-la professores e pesquisadores de outros países para entender como funciona a educação da primeira infância ali.

A experiência das escolas infantis, das creches e dos serviços para a primeira infância em Reggio Emilia, teve início pós-guerra em 1945, a fim de estruturar a educação infantil na cidade de Reggio Emília. Quando tudo precisava ser reconstruído na cidade, um grupo de cidadãos e cidadãs, que envolvia pais, mais e comunidade em geral se motivaram para a criação de uma escola, uma das ações para reconstruir o tecido social, cultural e político da comunidade.

A base da proposta de Reggio Emilia é valorizar as diferentes linguagens da criança: desenho, pintura, palavras, movimento, montagem, dramatizações, colagem, esculturas, música, onde a criança é protagonista do seu desenvolvimento, de sua aprendizagem. Elas são estimuladas a usar todas as suas formas de expressão, a partir das diversas linguagens, em um trabalho colaborativo entre a equipe de profissionais da

escola e a participação ativa de familiares.

Nos estudos de Fillipini (2009) pondera que: “Cada um de nós tem o direito de ser protagonista, de ter papel ativo na na aprendizagem na relação com os outros. Esse é o motor da educação”. Nota-se nessa afirmativa que o autor descreve que, Reggio Emilia coloca a escola como um ambiente para se viver e acredita na capacidade e nas diferenças entre as crianças, além de enxergá-las de forma positiva.

Na abordagem de Reggio Emilia, ao reconhecer a criança enquanto protagonista, tem-se que os professores precisam observar e atentar para as diferentes linguagens das crianças e ouvi-las em relação ao grupo e individualmente. Nessa aspecto Schneider (2015, p. 42), assevera que “[...] Esta escuta se dá aos processos de compreensões, organizações e reorganizações, sempre que for necessário, visando a produção do conhecimento na relação com o outro e em colaboração entre as escolas e as comunidades”.

Segundo Louro (2013)

Para a abordagem reggiana, a relação com a família se trata de um elo fundamental para a dinâmica da aprendizagem, sendo a metodologia educativa estruturada no relacionamento e participação da família na escola, vislumbrando uma interação entre escola, professor e família visando atingir os objetivos de aprendizagem (LOURO, 2013, p.55).

A proposta pedagógica que viria a ser conhecida como abordagem Reggio Emilia idealizada por Loris Malaguzzi (1920-1994), inspirado nos referenciais teóricos de Jean Piaget (1896-1980), Lev Vygotsky (1896- 1934), John Dewey (1859-1952), Maria Montessori (1870-1952), entre outros, estabelecendo interlocuções relações entre as concepções de sujeito e educação os processos de construção de subjetividade que emergem nos estudos na perspectiva da Teoria Histórico Cultural.

Uma das ideias que fundamenta os campos de experiência na abordagem de Reggio Emili, é que a escola precisa valorizar a experiência real da criança, que é composta da exploração feita com os sentidos e as interações, envolvendo-as a partir de seus interesses, ao incentivar autonomia, trabalhar a coletividade, e realizarem trocas de Cadernos da Fucamp, v. 36, p. 68 - 94 /2024

conhecimentos para a construção de novas ideias, utilizando suas formas de linguagem como inspiração. Ou seja, essa abordagem se fundamenta a partir das necessidades individuais de cada criança.

Mallaguzzi (1999)

“[...] reconhecia a criança como protagonista e percebia a necessidade de manter a curiosidade infantil, reservando aos educadores a decisão de aprender com as crianças, com eventos e famílias, estando em prontidão para modificar seus pontos de vista quando fosse necessário” (MALAGUZZI, 1999, p. 62).

Considerar o protagonismo infantil é considerar a “criança como alguém potente, capaz de criar formas de se comunicar e de relacionar com o mundo desde o início da vida e, por isso, capaz de participar com autonomia de seus próprios processos de ensino e de aprendizagem” (SCHNEIDER, 2015, p. 10)

Nessa abordagem, considera-se que mente da criança é multidisciplinar, pensa e manifesta de variadas formas, significando o mundo a partir de diversos saberes, que constituem os campos de experiência. Os campos de experiência na Educação Infantil têm como objetivo propor uma organização curricular inovadora, colocando a criança como o centro do planejamento e do processo de ensino e aprendizagem.

Conforme Pasqualin (2018):

[...] os campos de experiência aparecem como alternativa – para o contexto particular da educação infantil – ao currículo em sua formatação clássica por disciplinas ou áreas de conhecimento. O rechaço à organização do currículo da educação infantil por áreas de conhecimento configura, em nossa avaliação, uma suposta solução para preservar a especificidade da Educação Infantil que na verdade expressa o ceticismo epistemológico diante da ciência e da possibilidade de conhecimento objetivo sobre a realidade, próprias do pensamento pós-moderno (PASQUALIM, 2018, p. 164-165).

Nessa conjectura, tem-se que as escolas em Reggio Emília não possuem um currículo planejado, sendo a cada ano definidos projetos a curto e longo prazo que

servem para estruturação do trabalho, mas que podem ser modificados conforme a necessidade, tanto pelos professores como pelas crianças (BARBOSA; HORN, 2008).

As atividades não possuem tempo contado, o professor não precisa seguir um currículo - aliás, nem existe um currículo prescrito em Reggio Emilia, as crianças podem ficar à vontade na construção de suas próprias tarefas podendo até continuar no outro dia, a sala de aula não é algo comum nessa abordagem e o brincar é o principal exercício de aprendizagem.

[...] é uma abordagem na qual a importância do inesperado e do possível é reconhecida, um enfoque no qual os educadores sabem como 'desperdiçar' o tempo ou, melhor ainda, sabem como dar às crianças todo tempo que necessitem. É uma abordagem que protege a originalidade e a subjetividade, sem criar o isolamento do indivíduo, e oferece às crianças a possibilidade de confrontarem situações especiais e problemas como pequenos grupos de camaradas (RINALDI, 1999, p. 114).

Logo as ações pedagógicas, as interações das crianças, a organização do espaço na primeira infância nas escolas de Reggio Emilia são fundamentadas na diversão e por meio de brincadeiras, as crianças vivenciam contextos de aprendizagens, realizam ações e se apropriam de experiências, e promovem o conhecimento.

Na Abordagem de ensino Reggiana, não há disciplinas formais, os Campos de Experiência, não são caracterizados como disciplinas escolares, pois foram criados e são sustentados pela experiência das crianças, ou seja, dos conhecimentos prévios e do cotidiano da instituição. As atividades pedagógicas são desenvolvidas por projetos, atividades individuais e ou grupos pequenos ou grupos maiores de crianças. É importante ressaltar que as ações e atividades pedagógicas não são criadas e implementadas aleatoriamente, pelo contrário, são fundamentadas em observações, na escuta, e explorações referente ao que realmente é importante para a criança, levando em consideração o que ela diz e o que ela não diz. Essa abordagem tem como característica o desenvolvimento intelectual das crianças sua prática é realizada por meio de um foco sistemático sobre a representação simbólica.

Assim ao debruçar sobre o tema, vale ressaltar que há um distanciamento

entre nomenclaturas “Campos de Experiencia” e “Campos de Experiências”, de concepções teóricas e filosóficas adotadas em Reggio Emilia na Itália com os documentos brasileiros elaborados pelo Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica, que são responsáveis por orientar essa etapa de ensino da Educação Básica e as práticas pedagógicas.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), são documentos oficiais que se complementam. Enquanto a BNCC define habilidades e competências, as DCNEI fornecem diretrizes mais detalhadas e específicas, com orientações pedagógicas e curriculares direcionadas para essa etapa da educação, considerando as peculiaridades e necessidades das crianças de 0 a 5 anos. Só que no Brasil em face a diversos aspectos culturais, educacionais e políticos, as diretrizes curriculares que orientam o currículo foi implementada antes do documento da BNCC.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), o currículo é “[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico” (BRASIL, 2009, p. 86).

O documento DCNEI(2009), assegura que

[...] as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico (BRASIL, 2009, p. 86).

Enquanto no Brasil, o documento normativo obrigatório da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, apresenta os “Campos de Experiências”. Já a cidade de Reggio Emilia na Itália apresenta os “Campos de Experiência” nos documentos que guiam a Educação Infantil local, publicados em 1991, 2012 e 2018. Explicitando, Cadernos da Fucamp, v. 36, p. 68 - 94 /2024

enquanto a BNCC vislumbra “experiências” – Campos de Experiências, no plural, o documento italiano apresenta o termo, “experiência” – Campos de Experiência, no singular.

No Brasil, o termo Campos de Experiências está vinculado aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento por meio de interações e brincadeiras da criança durante a etapa da Educação Infantil, já estabelecidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 e no documento da BNCC – Base Nacional Comum Curricular de 2017.

A expressão “Experiências” não tem origem brasileira, e sim advém da cultura italiana. Na versão oficial da BNCC (2017), em sua apresentação não faz nenhuma referência a influência italiana dos campos, ou concepção teórica, o que pressupõem-se que os Campos de Experiências, tiveram suas origens no Brasil, ou por meio de experiências bem sucedidas da Educação Infantil em diversas regiões do território brasileiro, ou mesmo por meio de estudos e pesquisas do Ministério da Educação.

Contudo, percebe-se no vasto referencial teórico sobre as escolas e a abordagem de ensino sobre Reggio Emilia, nas obras de Loris Malaguzzi (1920-1994), e nos trabalhos desenvolvidos no Brasil pela REDSOLARE, responsável pela articulação e difusão das ideias da prática educativa de Reggio Emilia, que a legislação italiana e os “Campos de Experiência” influenciaram a educação brasileira por meio da elaboração das DCNEI (2009) – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a sua concretização pela BNCC (2017). Logo o documento normativo da BNCC, estabelece a utilização da expressão “Campos de Experiências” para nortear e sistematizar o currículo da Educação Infantil no Brasil.

### **3.Os Campos de Experiências: como uma possibilidade de organização curricular para a Educação Infantil**

A organização curricular orientada pelo documento normativo obrigatório da BNCC – Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil, está estruturada Cadernos da Fucamp, v. 36, p. 68 - 94 /2024

em 6 (seis) Direitos de Aprendizagem, que foram elaborados a partir de valores éticos, políticos e estéticos, representando os direitos de todas as crianças de 0 a 5 anos. Os mesmos devem ser efetivados no cotidiano das Instituições de Educação Infantil possibilitando o desenvolvimento e a aprendizagem. Esses seis direitos – Conviver, Brincar, Explorar, Participar, Expressar e Conhecer-se – devem ser encarados como motor propulsor do trabalho pedagógico.

Os Campos de Experiências articulam-se entre si e serão trabalhados observando os 06 (seis) direitos gerais de aprendizagem que a BNCC (2017) propõe e que, precisam ser efetivados no currículo da Educação Infantil. O documento discorre sobre a importância da organização curricular em Campos de Experiências, os quais não são nomeados como áreas do conhecimento.

Os Campos de Experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. “[...] Os Campos de Experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” (BRASIL, 2017, p.38).

Os 05 (cinco) Campos de Experiências propostos pela BNCC (2017) oferecem a liberdade para que a criança se desenvolva por meio, traz em sua das suas descobertas obtidas no dia a dia, que proporcionam o desenvolvimento integral da criança. São “[...] saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências” (BRASIL, 2017, p. 40).

Os Campos de Experiências e os Direitos de Aprendizagem se articulam na organização do planejamento para garantir a participação da criança em sua aprendizagem, sendo possível constatar no interior do documento normativo obrigatório da BNCC (2017) a predominância de termos, tais como: vivência, experiência, emoções e afetos como aspectos centrais da infância. O que evidencia uma criança participativa, defendida pela Teoria Histórico-Cultural, referência teórica que fundamenta o diálogo, o contexto social e as bases materiais concretas como pontos de partida para o desenvolvimento humano, e as condições pelas quais esse desenvolvimento se realiza,

assim como, o desenvolvimento das emoções, dos sentimentos e da cognição dos sujeitos históricos.

Para cada Campos de Experiências, foram definidas no documento da BNCC (2017), habilidades para o desenvolvimento infantil e aprendizagens correspondentes, possíveis de serem apropriadas em cada faixa etária, sendo: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses); Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Essa divisão se dá pela necessidade de diferenciar os ritmos de aprendizagem de acordo com cada faixa etária, respeitando a idade e maturidade de cada idade da criança, a partir de um modo próprio da criança pequena, vivências, das condições de diferentes espaços, concepções filosóficas, metodológicas, aparatos culturais, recursos materiais destinados à Educação Infantil e na perspectiva de trabalho pedagógico com os Campos de Experiências.

“[...] Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos Campos de Experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento” (BRASIL, 2017, p. 42).

A definição e a denominação dos Campos de Experiências também está baseada no que dispõem as DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) em relação aos saberes e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências. Considerando esses saberes e conhecimentos, os Campos de Experiências na BNCC (2017), argumenta-se a organização dos Campos de Experiências.

Como primeiro Campo de Experiência, a BNCC, evidencia:

**O eu, o outro e o nós** – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição

escolar, na coletividade), constroem percepções questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos (BRASIL, 2017, p. 40).

De acordo com Oliveira (2018), o Campo de Experiência “O eu, o outro e o nós” oportuniza experiências de interação, nas quais as crianças sentem, agem e pensam com os seus pares e os adultos, “desenvolvendo autonomia e autocuidado, buscando entender seu corpo, suas capacidades, respeitando o outro como seu semelhante e convivendo com as diferenças sempre as valorizando (BRASIL, 2017, p. 45).

Segundo a BNCC (2017), este Campo de Experiência, na interação com os demais colegas e com adultos, as crianças vão descobrindo a existência de outros modos de pensar, agir e outros modelos de vida. De acordo com suas experiências familiares, na escola e no coletivo, constroem pensamentos e percepções sociais e se identificam como seres individuais.

A criança é levada ao desenvolvimento de sua autonomia, percebendo que existem outras pessoas e que as mesmas são diferentes. Brasil (2018, p. 40) afirma que “Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio”.

Segundo Cohn (2005), a antropologia reconhece que as crianças passaram a ser percebidas não apenas como seres determinados pelas culturas, mas também como agentes produtores de cultura

Elas elaboram sentidos para o mundo e suas experiências  
Cadernos da Fucamp, v. 36, p. 68 - 94 /2024

compartilhando plenamente de uma cultura. Esses sentidos tem uma particularidade, e não se confundem nem podem ser reduzidos àqueles elaborados pelos adultos; as crianças têm autonomia cultural frente ao adulto. Essa autonomia deve ser reconhecida e também relativizada: digamos, portanto, que elas têm uma relativa autonomia cultural. Os sentidos que elaboram partem de um sistema simbólico compartilhado com os adultos. (COHN, 2005, p. 35)

De acordo com esse autor (2005), as crianças, como atores sociais competentes nas relações sociais, não se limitam a aprender e a cumprir as normas impostas pelos adultos, pois assumem papéis de resistência. Compreender as culturas das crianças requer pensá-las como atores capazes de transformação. A criança, ao produzir e compartilhar significados com outras crianças ou adultos, por meio de conflitos ou de interesses, busca hegemonia para seus significados.

Nessa direção, o segundo Campo de Experiência que a BNCC, apresenta o:

**Corpo, gestos e movimentos** – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas,

saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.). (BRASIL, 2017, p. 40-41)

Esse campo evidencia experiências com a linguagem corporal, observando a maneira que a criança se comporta e se apropria dos conhecimentos sobre si mesma e o universo social e cultural. Nesse campo pode se envolver diretamente o corpo, utilizando o espaço diversificando os movimentos, explorando as formas de expressão corporal, podendo ser utilizado faz de conta, dança, música (BRASIL, 2017, p. 47).

As crianças estabelecem relações, brincadeiras e conhecimento desde muito cedo, através do próprio corpo. “Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem” (BRASIL, 2018, p. 41).

Na Educação Infantil o corpo da criança tem papel fundamental na aprendizagem, pois através de sensações, tato, brincadeiras e psicomotricidade, o desenvolvimento motor se torna amplo, o documento da BNCC (2018, p. 40) afirma que “[...] o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão.”

Logo percebemos a importância dos movimentos livres, músicas, danças e experiências voltadas ao espírito lúdico, interação com seus pares e animação, que devem ser promovidas pela instituição escolar. [...] Esse campo destaca experiências ricas e diversificadas em que gestos, posturas e movimentos expressivos compõem uma linguagem vital com a qual as crianças se expressam, se comunicam e constroem conhecimentos sobre si e sobre o universo social e cultural” (BRASIL, 2018, p. 30).

Nesse ângulo de reconhecer o corpo infantil como fundamento primordial das práticas na Educação Infantil, o terceiro Campo de Experiência da BNCC, estabelece:

**Traços, sons, cores e formas** – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem,

colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas. (BRASIL, 2017, p. 41).

Neste campo, podemos observar que se trabalha muito com a música, buscando diferentes sons e ritmos com diversas expressões corporais. Também pode ser trabalhado ouvindo e reproduzindo sons através de atividades de escuta e criação de melodias. Para Brasil e Oliveira (2018), descreve que este campo de experiência “possibilita à criança viver experiências criativas por meio do corpo, da voz, dos instrumentos sonoros, dos materiais, dos registros gráficos ligados à música, à dança, ao teatro, às artes plásticas e à literatura.

Nos estudos de Barbieri (2012),

a imaginação e a criatividade das crianças não têm limites, o que favorece o desenvolvimento de sua potência e a exploração e apropriação de suas múltiplas linguagens, ampliando suas formas de expressão. O trabalho com arte na educação infantil é um dos passos para cultivar essa vitalidade natural. [...] O ensino de arte na educação infantil proporcionar às crianças que leiam e interpretem do seu jeito o mundo que as rodeia e, assim, se transformem e o transformem. [...] A partir de uma ideia (conceito, projeto) ou da experiência com materiais, o sujeito pode expressar o que sente, pensa, observa, imagina e deseja (BARBIERI, 2012, p. 18-19).

Barbieri (2012, p. 31) corrobora com o pensamento de experiência do filósofo Larrosa (2002) “quando expressa que “experiência não é aquilo que passa por nós, mas Cadernos da Fucamp, v. 36, p. 68 - 94 /2024

aquilo que se passa em nós, aquilo que fica gravado em nossas entranhas”. Sob o foco da experiência vivenciada na arte, Dewey (2010), na obra “Arte como experiência”, salienta que, nas sociedades antigas, a arte da música, da arquitetura, da pintura e do drama faziam parte da vida coletiva, por meio dos ritos e cerimônias da vida dos grupos.

Nessa direção, Barbieri (2012) discorre que

a experiência pode ser tomada como ato ou efeito de experimentar (-se), de provar algo novo, entrar em contato e explorar possibilidades. Na infância, temos uma prontidão para viver experiências, estamos mais dispostos e curiosos para descobrir novas possibilidades de uso dos objetos, queremos desvendar mistérios e conhecer o que ainda não conhecemos (BARBIERI, 2012, p. 32).

No final do século XIX e no início do XX, a arte muda seu papel, quebrando com a situação vigente e levando o homem a repensar sua relação em sociedade e com a natureza. Desse modo, o século XX, marcado pela invenção da fotografia, do cinema, e de tantos aparatos tecnológicos, ligados a protestos e rupturas, constituiu o ser humano ao longo de sua história, estabelecendo relações, influenciando e modificando contextos e deixando neles as marcas. Dessa maneira, a arte é considerada uma forma de produção cultural do homem em relação à natureza, mediado pela linguagem. Barbieri (2012, p. 37) ressalta que, “por meio da linguagem, a criança vai criando seu território expressivo e de ação, vivendo sua experiência estética .”

Nessa perspectiva, o quarto Campo de Experiência na BNCC, expressa:

**Escuta, fala, pensamento e imaginação** – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover

experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua (BRASIL, 2017, p. 42).

O quarto campo de experiência está organizado a partir da escuta fala pensamento e imaginação. Essa organização curricular cria um ambiente para que as crianças participem de situações de cultura oral como a contação de história, podendo estimular a criatividade através da escuta e criação da imagem dos personagens e dos enredos. Dessa maneira, esse Campo de Experiência oportuniza a manifestação da cultura oral das crianças, a partir de conversas, contação de histórias e descrições. Essas, incentivam o gosto pela leitura, instigam a representação gráfica e ampliam o pensamento e a imaginação.

Nessa direção, o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 (BRASIL, 2009b), em seu artigo 9º expressa que as ações pedagógicas nas Instituições de Educação Infantil devem garantir às crianças experiências que favoreçam o desenvolvimento de diversas linguagens

as quais envolvem vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical. Nesse sentido, esse o Campo de Experiência Escuta, fala, pensamento e imaginação busca fortalecer a concepção de que linguagem verbal não se separa da linguagem musical, dramática, corporal, musical e plástica

As crianças produzem saberes e conhecimentos sobre as experiências cotidianas; curiosas, experimentam o mundo como pesquisadoras, construindo projetos de investigação e criando relações sociais no mundo e nas instituições que frequentam; por isso, observar e ouvir a criança é fundamental em qualquer estudo sobre a infância.

Nesse cenário da Educação, Dewey (1978) expressa que,

se é pela educação que a sociedade se perpetua, se é pela educação que à geração mais nova se transmitem as crenças, os costumes, os conhecimentos e as práticas da geração adulta – educação é o processo pelo qual a criança cresce, desenvolve-se, amadurece, poderia dizer-se. Esse processo de amadurecimento se opera conforme já notamos, por uma constante reorganização e reconstrução da experiência (DEWEY, 1978, p. 21).

Dewey (1978,p. 21) expressa que a educação é o resultado da interação, por meio da experiência, pois a criança é o ponto de partida, o centro e o fim. Diante dos pressupostos do referido autor, propoem-se refletir sobre o quinto Campo de Experiência que engloba o espaço, tempos, quantidades, relações e transformações.

**Espaços, tempo, quantidades, relações e transformações** – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam,

frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano (BRASIL, 2017, p. 42-43).

Esse campo propicia momentos onde a criança pode conhecer o seu entorno, manusear objetos diversos, onde possa descobrir as coisas e ter curiosidades sobre tudo, expandindo seu conhecimento e sua visão sobre o mundo de maneira lúdica, auxiliando no conhecimento e desenvolvimento do seu corpo, do espaço que ocupa no mundo e noções de tempo físico e cronológico. A criança é incentivada, por meio das suas curiosidades e indagações, a encontrar respostas para desenvolver sua sensibilidade sobre o mundo e as pessoas, ampliando seu conhecimento sobre o mundo físico e sociocultural. Segundo Brasil e Oliveira (2018), o Campo de Experiência Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações “busca promover, por meio das interações e brincadeiras, oportunidades para a criança levantar hipóteses a partir da observação, manipulação de objetos e exploração do espaço que a cerca”.

Outro aspecto que os Campos de Experiências, consideram para a composição curricular e pedagógica a organização por faixas etárias, que deve ser considerada como um parâmetro, um indicador. Conhecendo o desenvolvimento das crianças ou do de seu agrupamento os professores podem flexibilizar as aprendizagens propostas e selecionar as mais compatíveis com cada idade específica, de acordo com o documento normativo obrigatório da BNCC (2017).

No documento da BNCC (2017) cujas as aprendizagens são apresentadas como habilidades e estão circunscritas nos Campos de Experiências, para fins didáticos e metodológicos, tendo em vista as diversas especificidades, elas ocorrem de forma

articulada e integrada, de modo que há um diálogo permanente entre as diferentes linguagens e os conhecimentos relativos ao desenvolvimento da autonomia, das relações e da compreensão sobre o mundo natural, social e cultural. Ou seja, as habilidades e os Campos de Experiências na organização do trabalho pedagógico não devem ser trabalhados de maneira fragmentada e estanque, são complementares e unificados.

É importante destacar que os Campos de Experiências não são disciplinas escolares, ou componentes curriculares, nem podem ser equivalentes. Os Campos de Experiência mudam a lógica de um currículo que se estrutura em conteúdos prévios para um currículo que se centra na experiência da criança e nos objetivos de aprendizagem de acordo com cada faixa etária.

Embora configurem aprendizagens que remetam aos conhecimentos das áreas das Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, os objetivos expressos em cada campo não são identificados como disciplinas, mas como conhecimentos intercomplementares, integradores de experiências, de competências cognitivas e emocionais que abordam as múltiplas linguagens constituidoras da subjetividade humana.

Essas experiências que estão relacionadas às necessidades de educação e de cuidado, são garantidas pelas práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor, tendo as interações e as brincadeiras como eixos centrais dos Campos de Experiências. As crianças aprendem de forma diferente, porque têm tempos e ritmos diferentes de aprendizagem, por isso é necessário variar o planejamento das atividades e criar oportunidades diferentes para cada criança. É importante salientar que, mesmo o professor garantindo a integração entre os campos, bem como entre as experiências do mesmo campo, a criança poderá explorar outras vivências além das que foram inicialmente propostas no planejamento, garantindo os direitos de aprendizagens.

As crianças aprendem de forma diferente porque têm tempos e ritmos diferentes de aprendizagem, por isso é necessário variar o planejamento das atividades e criar oportunidades diferentes para cada criança. O planejamento marca a intencionalidade do processo educativo, refletindo a concepção que se tem de criança, de infância, de como a

criança aprende e como é preciso ensinar. Deve-se considerar as diversas formas de expressão da criança, aliando seus conhecimentos prévios e sua bagagem cultural aos saberes construídos historicamente e aos que fazem parte da cultura vigente. Garantindo assim, o direito da criança ao conhecimento sistematizado, enfatizando a intencionalidade no planejamento docente.

Por isso, os Campos de Experiência, não devem ser distribuídos previamente na semana, dia ou ano, como se fossem disciplinas escolares, ou horários escolares. Eles são um campo semântico para o professor e as crianças se movimentarem em suas jornadas de aprendizagem.

Sabe-se que a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) não é currículo, assim como os campos não são disciplinas. Compreendemos, igualmente, que não se trata apenas de uma mudança de terminologia, há, de fato, uma compreensão ampliada sobre as práticas pedagógicas que sustentam a Educação Infantil. De acordo com o que afirma o referido documento, “os Campos de Experiências configuram um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural” BNCC (BRASIL, 2017, p. 38).

Ao assumir uma perspectiva de organização curricular que acolhe as experiências das crianças e as articula ao repertório cultural que compõem as práticas sociais, alinhando-se às DCNEI (2009), a BRASIL (2017) instiga a consideração das experiências concretas das crianças, possibilitando enxergar como elas interagem e constroem significados sobre si e sobre o mundo em que vivem.

É importante ressaltar a sensibilidade que a ideia de “experiência” traz para o currículo. Isso porque a experiência nos convida a pensar as diversas situações cotidianas a partir do que é vivido e interpretado pelas pessoas, isto é, daquilo que se configura a partir da relação de cada um com a situação cotidiana.

Todos os Campos de Experiências fundamentam-se nos Princípios e nos Direitos da Aprendizagem, tendo como eixos norteadores as interações e brincadeiras, sendo estes elementos básicos na construção de cada criança como ser único, além de serem formas

privilegiadas para ela ampliar seus afetos, sensações, percepções, memória, linguagem e formação de sua identidade. Todo currículo deve se efetivar com base nesses dois processos.

Para tanto, os objetivos dos Campos de Experiências, propostos no BNCC, traduzem práticas sociais e culturais, consubstanciadas em múltiplas linguagens simbólicas, a fim de proporcionar à criança a compreensão do mundo e de si mesma.

Logo, o documento da Base Nacional Comum Curricular – Educação Infantil, possui inspiração nas escolas de Reggio Emilia, utiliza essa perspectiva a partir das crianças, seus direitos e suas cem linguagens. A forma que a criança se comunica, criando redes e articulações para produzir conhecimentos e se desenvolver são informações importantes no momento de planejamento e da organização do tempo e dos espaços para promover a aprendizagem.

As habilidades expressas nos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento propõem a apropriação, pelos bebês e crianças, do senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio, ganhando progressiva autonomia. Enquanto interagem, vivenciam situações de convivência, de brincadeiras, representando diferentes personagens no faz de conta, expressando-se através de diferentes linguagens, constituindo nesse processo suas subjetividades.

A organização do trabalho pedagógico por Campos de Experiências na Educação Infantil permite a mediação do professor, considerando o papel ativo das crianças, respeitando suas iniciativas, desejos e formas de agir e garantindo a inserção em vivências que tenham como base as interações e brincadeiras. Nota-se assim, que o foco do trabalho é na criança, apresentando um sentido singular para a proposta (OLIVEIRA, 2022).

O conceito de Campos de Experiências, também coloca o fazer e o agir da criança no centro do projeto educativo e corresponde a uma concretização curricular pautada na criança como sujeito de direitos, que participa ativamente do cotidiano, pois é escutada e valorizada. Concretiza a concepção de currículo como “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem Cadernos da Fucamp, v. 36, p. 68 - 94 /2024

parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos de idade.” (DCNEI, 2009, p. 12).

Além disso, é importante salientar que o trabalho pedagógico com base em Campos de Experiências deve ocorrer durante todo o tempo em que a criança estiver na instituição de Educação Infantil (Creche e Pré-escola). O professor mediador precisa ter clareza de que os diferentes momentos que compõem a rotina devem ser trabalhados com intencionalidade pedagógica, considerando os saberes e conhecimentos que contemplem estes momentos.

A BNCC reafirma a intencionalidade educativa que direciona o trabalho pedagógico na Educação Infantil, ou seja, a reflexão que embasa a intenção do professor e a sua concretização na prática planejada. Essa intencionalidade se pauta nos pressupostos próprios desta etapa e, principalmente, na ciência de que a criança é partícipe da sua educação.

Como cita o documento da BNCC(2017):

Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experimentações com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas (BRASIL, 2017, p. 36).

A intencionalidade pedagógica na prática ocorre a partir da escuta ativa da turma e do domínio do documento curricular, o professor promove aprendizagens mais significativas aos alunos, colocando-os no centro do processo. Essas atividades não devem ser concentradas em aulas específicas nem realizadas com hora marcada, e sim que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças por meio das diversas linguagens. Os Campos de Experiências englobam os saberes e conhecimentos que, por vezes, entrelaçam os Campos, sendo necessário trabalhar os diferentes aspectos

relacionados aos objetos de conhecimento, sem desvalorizar ou sobressair um campo sobre o outro. O trabalho articulado entre os diferentes saberes deve ser efetivado através do planejamento do ensino, o que favorece o desenvolvimento das Funções Psicológicas Superiores dos alunos e a concretização do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o documento, é necessário reconhecer que:

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2017, p. 38)

Ao organizar e adequar os espaços, selecionando e diversificando os materiais e recursos, o professor possibilita a estas crianças fazerem escolhas do que querem explorar, manipulando objetos, investigando-os e descobrindo o que lhes interessa, num contexto de brincadeiras. Ao planejar e preparar, intencionalmente, o ambiente, criando experiências concretas na vida cotidiana, o professor atua como mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, contribuindo para aprendizagens significativas.

O desafio da atuação docente é, assim, intencionalmente, acolher e articular experiências das crianças e a sua própria, enquanto profissional da Educação Infantil, em um projeto educativo coletivo que valoriza e enriquece as aprendizagens no grupo. Dessa forma, a BNCC parece reforçar ainda mais o movimento que já vem se constituindo na Educação Infantil, de garantir que o foco do currículo seja a promoção de experiências diversificadas de aprendizagem dos bebês às crianças, superando pedagogias de natureza transmissiva que não abrem espaço para a diversidade da experiência humana.

Cabe a cada professor “escutar”, “enxergar”, observar bebês e crianças no cotidiano das unidades, em suas falas, gestos, emoções, ações e interações, registrando e

documentando o cotidiano das crianças, dando visibilidade aos movimentos sensíveis de articulação das experiências das crianças com o repertório científico, cultural, tecnológico e artístico que constitui as nossas práticas culturais, enriquecendo e legitimando cada vez mais as interações das crianças que acontecem nos espaços coletivos da Educação Infantil.

Além disso, o professor deve promover experiências de aprendizagens que proporcionem aprendizagens que tenham sentido para a criança, mediando situações em que estas entrem em contato com diferentes grupos e práticas socioculturais, com outros modos de vida, com diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e com o grupo. As diferentes narrativas promovidas pela instituição trazem a oportunidade das crianças vivenciarem experiências múltiplas e enriquecedoras que permitem que se identifiquem como seres individuais e sociais. A intenção é pensar em ações educativas que contemplem os objetivos da aprendizagem levando as crianças a vivenciarem as experiências adequadas ao seu entendimento.

As metodologias, recursos didáticos que o professor vai adotar para o efetivo trabalho com os objetivos propostos para as crianças poderão ser variadas, uma vez que elas se estabelecem pelas brincadeiras e interações com seus pares e adultos no cotidiano escolar.

O foco dos Campos de Experiências, são de proporcionar à criança vivenciar diferentes situações de atenção pessoal e outras práticas sociais, formas mais democráticas, respeitadas, de cooperação e solidariedade no relacionamento com seus pares e adultos. No que tange aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, alguns encontram maior identidade e possibilidade de serem intencionalmente trabalhados num Campo de Experiência do que em outros, e poderão ser trabalhados interdisciplinarmente, por meio de diferentes metodologias de ensino, que facilitam a sua incorporação pelas crianças, na compreensão das culturas infantis, das formas de linguagem, e dos modos de viver.

### **Considerações finais**

A presente pesquisa foi norteadada pela análise conceitual sobre o termo Campos de Experiência, utilizado na abordagem de Reggio Emilia na Itália com Campos de Experiências do Brasil, em sua origem, na visão de estudiosos comparados à legislação brasileira contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), buscando entender a origem dos Campos de Experiências, bem como suas concepções filosóficas, metodológicas e pedagógicas no desenvolvimento infantil.

A organização do trabalho pedagógico para a Educação Infantil no Brasil, orientada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil e o documento da Base Nacional Comum Curricular, homologado em 2017, receberam influências de outros países e, mais especificamente em relação ao currículo, inspirou-se nos Campos de Experiência, propostos por Reggio Emilia na Itália. Essa aproximação entre os dois países, gera interesse na discussão dos conceitos utilizados na legislação por eles, já que vivem realidades sociais, políticas, sociais diferentes e apresentam suas próprias particularidades, principalmente, em relação à Educação.

Consequentemente, a Abordagem de Reggio Emilia idealizada por Loris Malaguzzi, possui concepções teóricas e filosóficas com uma interlocução com a Teoria Histórico Cultural, o que também no interior do documento normativo obrigatório da BNCC - Base Nacional Comum Curricular há predominância de termos como: sujeito histórico e de direitos, vivência, experiência, emoções e afetos como aspectos centrais da infância. O que evidencia uma criança participativa, defendida pela Teoria Histórico-Cultural.

Dessa maneira, conclui-se que entre os Campos de Experiência, implementado na cidade de Reggio Emilia e os Campos de Experiências implementado no Brasil pela BNCC, é possível estabelecer algumas aproximações e diferenciações entre concepções, de fundamentos teóricos e práticas pedagógicas com o trabalho com crianças pequenas e com formação de professores para a Educação Infantil. Mas a despeito dessas questões, ainda que tais incongruências estejam presentes no texto da Base, no caso de creches e

pré-escolas, os campos de experiências constituem o grande diferencial e o grande desafio imposto pela construção de um currículo nacional.

## Referências

BARBIERI, S. **Interações: onde está a arte na infância?**. São Paulo: Blucher, 2012.

BARBOSA, M.C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Lei n 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Brasília, DF, 4 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394/96, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB)**, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB 20/09 e Resolução CNE/CEB 05/09**. Conselho Nacional de Educação em 2009

\_\_\_\_\_. MEC. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Resolução CNE/SEB 5/2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

\_\_\_\_\_. **Ser criança na educação infantil: infância e linguagem** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - 1.ed. - Brasília: MEC /SEB, 2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 14. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.; GROULX, L.; Pires, A. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

COHN, C. A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia. In: LOPES DA SILVA, A.; NUNES, A.; MACEDO, A. V. L. da S. (org.). **Crianças indígenas: ensaios antropológicos**. São Paulo: FAPESP: Global: Mari, 2005. p. 213-235.

DEWEY, J. **Vida e Educação**. Trad. Anísio Teixeira. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FILIPPINI, T. **Características pedagógicas da experiência dos centros e escolas de infância da municipalidade de Reggio Emilia**. Palestra proferida em Reggio Emilia, Itália, em 23 fev. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOURO, D. A. F. **Aprender a Escutar as Crianças**. 2013. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12702/1/DAISY\\_LOURO.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/12702/1/DAISY_LOURO.pdf). Acesso em: 30 abr. 2023.

MALAGUZZI, L. História, idéias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn, GANDINI, Lella, FORMAN, George. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Campos de experiência: efetivando direitos e aprendizagens na educação infantil**. São Paulo: Santillana, 2018.

PASQUALINI, J. C. **Proposta curricular para a educação infantil: a experiência de Bauru**. Rev. Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 154-167, maio/ago. 2018.

RINALDI, C. O currículo emergente e o construtivismo social. In: EDWARDS, Carolyn, GANDINI, Lella, FORMAN, George. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. p. 113-122.

SCHNEIDER, M. C. **O Protagonismo Infantil e as Estratégias de Ensino que o favorecem em uma turma da Educação Infantil**. 2015.80.f. (Dissertação Mestrado). UNIVATES, Lajeado:2015